

e-books

NÚCLEO DE FORMAÇÃO

Um Passeio pela História do

Liberalismo

2



Copyright © 2020 Brasil Paralelo
Os direitos desta edição pertencem a Brasil Paralelo

Editor Responsável: Equipe Brasil Paralelo
Revisão ortográfica e gramatical: Equipe Brasil Paralelo
Projeto de capa: Equipe Brasil Paralelo
Produção editorial: Equipe Brasil Paralelo

Gomes, Ricardo

Um Passeio Pela História do Liberalismo: aula 2

ISBN:

1. Economia 2. Liberalismo

CDD 330

Todos os direitos dessa obra são reservados a Brasil Paralelo.
Proibida toda e qualquer reprodução integral desta edição por qualquer meio ou forma, seja eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer outro meio de reprodução sem permissão expressa do editor.

Contato:

www.brasilparalelo.com.br

contato@brasilparalelo.com.br

SINOPSE

O movimento abolicionista brasileiro é um movimento profundamente liberal. Além de explicar o porquê, neste e-book, Ricardo Gomes nos conta as histórias que marcaram a existência e a queda do Muro de Berlim.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Ao final deste e-book, espera-se que você saiba: por que o movimento abolicionista é profundamente liberal; quais leis levaram à abolição da escravidão; quais foram as consequências imediatas da abolição; os momentos que marcaram a história do muro de Berlim; como ocorreu a queda do muro de Berlim; quais os efeitos produzidos pelo muro.

INTRODUÇÃO

Neste e-book, continuaremos nosso passeio pela história do liberalismo. Esse passeio não apresenta um rigor formal acadêmico mais profundo, para que estejamos livres para abordar momentos históricos, na história do liberalismo, sem que seja necessário determinar profundamente o conceito de liberalismo, sem determinar o que compõe a ideia do liberalismo. Isso porque, esse curso, não é para ser uma história do pensamento liberal do mundo, mas sim um apanhado de momentos que foram importantes, na história, para afirmação do pensamento liberal e momentos que tenham expressado os valores políticos do liberalismo.

Apenas para reiterar, estamos tratando do liberalismo como uma ideologia política, como um conjunto de preferências políticas. Isto é, o liberalismo não é uma teoria econômica, uma vez que a economia é uma ciência cujos postulados podem estar certos ou errados. No entanto, o liberalismo, essa visão de Estado, está baseada no conhecimento econômico.

O liberalismo também não é uma teoria da moral, embora apresente aspectos morais e virtudes que lhe são necessárias.

Conforme dito na primeira parte de nosso trajeto, tenho o objetivo de rememorar nove momentos da história do liberalismo. Um desses temas, a independência dos países da América Latina, suscitou uma série de controvérsias. Por isso, para que possamos aprofundar nossos conhecimentos nesses acontecimentos, e as diferenças existentes na colocação da América Espanhola e Portuguesa em relação à colonização Inglesa, nos Estados Unidos, este tema será abordado individualmente.

Assim, nesta oportunidade, trataremos do abolicionismo no Brasil e da queda do muro de Berlim. A Segunda Guerra Mundial e o movimento do *Civil Rights* serão igualmente abordados em outros e-books.

O Abolicionismo no Brasil

Quando eu estava no colégio, eu aprendi que o Brasil havia sido o último país a abolir a escravidão no mundo. É fato bem divulgado que a abolição da escravatura, no Brasil, deu-se com a Lei Áurea, no dia 13 de maio de 1888, data celebrada, pelo menos pela maior parte das pessoas, como o aniversário do fim da escravidão.

Entretanto, existe um movimento mais radical que julga que o dia 13 de maio marcou um golpe na população negra, por permitir que os antigos escravos se tornassem assalariados com baixas remunerações. Esse mesmo grupo critica o hino do Rio Grande do Sul, taxando-o de racista, devido à estrofe, “mas não basta, para ser livre, ser forte, aguerrido e bravo. **Povo que não tem virtude, acaba por ser escravo**”. Obviamente, essa frase fez referência às virtudes políticas e à escravidão política, no mesmo sentido da frase de Bento Gonçalves “povo sem parlamento é povo escravo”. Excetuando-se os radicais, 13 de maio de 1888 é a data que todos nós lembramos como a data da abolição da escravatura no Brasil.

Há pouco dias, estive em uma reunião da Liberal Internacional e fui comentar com a pessoa que estava ao meu lado que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão no mundo. Essa pessoa, que hoje mora na Suécia, nasceu e viveu no Iraque. Seu pai era parlamentar e sua família precisou fugir do país, perseguida por Saddam Hussein. Depois da Guerra, o pai dela voltou ao Iraque e foi um dos coautores da atual constituição iraquiana. Essa pessoa me olhou, riu e disse que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, mas a Arábia Saudita só a aboliu em 1970. Talvez, em 1888, a Arábia Saudita não fosse um país escravocrata, tenha se tornado escravocrata, e deixado de ser, apenas posteriormente.

Embora a pauta dos direitos dos negros tenha sido incorporada pela esquerda, em tempos modernos¹, o movimento abolicionista é profundamente liberal.

A pauta da libertação dos escravos nasceu, no Brasil, junto com a escravidão. Desde o século 16, havia controvérsias acerca da escravatura no continente, inclusive dentro da Igreja. Na América Espanhola, houve uma disputa muito grande entre

¹ Abordaremos esse tema com maior profundidade no tópico do *civil rights movement*.

Bartolomeu de Las Casas, bispo da Igreja Católica, que dizia que os índios não podiam ser escravizados porque tinham alma, e Francisco Marroquin, primeiro bispo da Guatemala, que respondia que não só os índios, como também os negros, tinham alma. Assim, travou-se uma disputa teológica sobre a condição dos negros e da escravidão.

No século 16, o Brasil era quase inabitado. A colonização, de fato, começou a partir do século 17. Quando a família real chegou ao país, em 1808, encontrou-o escravocrata, com forte tráfico de escravos. As últimas estimativas afirmam que cerca de três milhões e meio de negros foram capturados na África para serem vendidos como escravos no Brasil. Embora a condição de escravo fosse típica dos negros, porque a grande maioria dos escravos era comprada na África, a escravidão, no Brasil, não era um tema racial. Havia raríssimos escravos brancos e indígenas, remanescentes, cada vez em um número menor. Deste modo, com o passar do tempo, a escravidão se tornou um problema racial negro muito mais do que um problema jurídico.

Pergunta: essa questão racial, para mim, cai muito por terra quando vemos que os próprios negros se escravizavam na África. O que apontaria que não era algo racial. Outro aspecto que eu percebo é que haveria realmente um problema racial, e me corrija, por favor, se eu estiver errada, nos Estados Unidos, uma vez que no Brasil temos um povo miscigenado.

Resposta: essa é uma parte do cenário, que será apresentada posteriormente juntamente com o *civil rights movement*. Há um livro excelente para isso, chamado “Uma gota de Sangue”, do Demétrio Magnoli. Um primeiro ponto é que a escravidão não era uma instituição jurídica no Brasil. Não há leis no Império estabelecendo a escravidão ou a regulando. O segundo ponto é que os escravos trazidos ao Brasil eram comprados como escravos na África. Esses escravos, ou haviam sido escravizados por outras tribos, conforme tu mencionaste, que era o fenômeno mais comum, ou eram escravizados por europeus que estavam na África justamente com o intuito de capturar homens livres, transformando-os em escravos para obter lucros com a sua comercialização. Portanto, havia tanto europeus quanto negros escravizando tribos na África a fim de vendê-las ao Brasil. No Brasil, os donos de escravos declaravam que já os haviam comprado nesta condição. Consequentemente, compravam esses escravos como propriedade. Um dos elementos do direito de propriedade é a fruição, isso quer dizer que o dono da árvore

é dono dos frutos dessa árvore. Daí advém a palavra fruição. Por isso, os filhos dos escravos eram também donos dos filhos do escravo. A justificativa moral usada pelos senhores de escravo para defender a sua propriedade sobre outro ser humano era de que não eram os brasileiros que os escravizavam.

Ao longo do tempo, devido ao tipo de economia estabelecido no Brasil, com as lavouras de cana e café, e, depois, com a mineração, foi se instituindo uma sociedade altamente dependente do trabalho escravo. Os trabalhos na plantação e na mineração era muitos penosos e a cultura portuguesa não se caracterizava por ser afeita ao trabalho pesado, que eram transferidos para os escravos. Isso promoveu uma sociedade com uma ampla difusão da escravidão, presente nos escritos dos europeus que vieram ao Brasil com a família real.

Quando a família real chegou ao Brasil em 1808, não estava acompanhada somente pela comissão de artistas franceses, da qual se destaca Debret, com as aquarelas e pinturas que produziu do Brasil colonial, mas equipes de botânicos, alemães, e uma série de europeus. Estes começaram a descrever a sociedade brasileira. Uma descrição que é assombrosa aos olhos de hoje. Os açoitamentos em praça pública faziam parte do dia a dia.

Às vezes, afirma-se que o tratamento dispensado ao escravo não era tão bruto como o existente nos Estados Unidos. No mais das vezes, isso é verdade. Os escravos domésticos, especialmente, tinham um tratamento muito diferenciado. Havia uma preocupação do senhor de escravos em cuidar de seus escravos, afinal, era um item, um bem, caro². Mas, não há dúvidas de que havia a pena de açoite, a qual, inclusive, era permitida por legislações estaduais. O Brasil possuía Câmaras Municipais desde o século 16, e estas aprovavam este tipo de tratamento. Além disso, existia pena de morte para os escravos que tentassem fugir ou que se rebelassem. Havia, sem quaisquer dúvidas, uma dureza enorme no tratamento dos escravos, e isso foi descrito e expresso pelos europeus que vieram ao Brasil. Às vezes, até mesmo por não trabalharem direito, eram punidos.

O tempo passa e o mundo progressivamente estava abolindo a escravidão. O Brasil, no entanto, não adotava medidas nesta direção. Esse cenário começou a se alterar quando no dia 9 de agosto de 1845, a rainha Vitória, do Reino Unido, assinou

² Não que eu considere o ser humano um item ou um bem a ser comprado. Estou falando, evidentemente, conforme esses indivíduos eram percebidos na época.

a Lei Aberdeen, proibindo o tráfico internacional de escravos e autorizando os britânicos a apreenderem quaisquer navios e cargas de escravos que encontrassem. Nesse período, o Brasil importava intensamente escravos da África. Famosíssima, essa atividade econômica era lucrativa. Apenas para vocês terem uma ideia, quando D. João VI chegou ao Brasil, o palácio em que foi morar lhe foi dado por um traficante de escravos que, em troca, recebeu um título de nobreza. Evidencia-se que era um empreendimento aceito com naturalidade no Brasil.

A Inglaterra continuava pressionando o Brasil, o qual dependia fortemente do sistema financeiro inglês, em relação a movimentações no sentido de abolir a escravidão. Por isso, em 4 de setembro de 1850, foi aprovada, no Brasil, a Lei Eusébio de Queirós. A Lei prescreveu como crime o tráfico de escravos, e estipulou que o capitão e a equipe do navio seriam todos considerados coautores, a serem igualmente punidos. Essa lei é a origem da expressão, até hoje utilizada, de algo feito para inglês ver, pois a lei servia ao objetivo de demonstrar à Rainha Vitória que o Brasil estava agindo para abolir o tráfico. Não houve nenhuma aplicação rígida da Lei Eusébio de Queirós e o tráfico de escravos continuou atuando. Contudo, um movimento abolicionista estava se formando.

Em 1850, o partido liberal do Império firmou posição de abolir a escravidão. O partido conservador, por outro lado, segurou o movimento em caminho à abolição. Por isso, por muito tempo, os membros do partido liberal e conservador digladiaram-se. Até que um próximo passo, no sentido da abolição, foi dado, em 1871, por um gabinete conservador: a Lei do Ventre Livre. Durante os vinte anos que separam a Lei Eusébio de Queirós da Lei do Ventre Livre, formou-se um movimento abolicionista propriamente dito que, muito além dos liberais, também reuniu os conservadores.

Com a proibição do tráfico internacional, os escravos se tornavam cada vez mais caros. Como consequência, os escravos passaram a ser drenados do nordeste para regiões mais ricas como Minas Gerais e São Paulo, especialmente para serem utilizados como mão de obra nas lavouras cafeeiras. Isso fez com que o nordeste, aos poucos, aderisse à causa abolicionista. Para os senhores nordestinos, era economicamente inviável ganhar a competição com São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Com a adesão dos estados do nordeste ao movimento abolicionista, acentuou-se a pressão sobre a Coroa Portuguesa.

A Lei do Ventre Livre aprovada, em 1871, por um partido conservador, determinava que os filhos das escravas eram livres. As crianças, ao nascerem,

ficavam com a mãe, mas, até os oito anos, eram de responsabilidade do dono da mãe. Quando cumpriam oito anos, cabia ao senhor optar entre libertar o menino em troca de uma indenização ou mantê-lo como prestador de serviços até os 21 anos, perdendo o direito à indenização.

Neste período, tem início uma disputa acerca da questão da indenização dos senhores de escravos que foi importante na guerra civil americana e na discussão da Lei Áurea no Brasil. Os proprietários de escravos queriam ser indenizados porque haviam comprado os escravos e estavam perdendo a sua propriedade.

O movimento abolicionista se expande e se torna cada vez mais forte. Podemos citar grandes nomes que o representaram, sendo, quiçá, o maior deles, Joaquim Nabuco. Mas havia outras figuras muito relevantes como os Andrada, José do Patrocínio, José Bonifácio, o Silva Jardim, o Visconde do Rio Branco, que passou a Lei do Ventre Livre, o próprio Eusébio de Queirós, e um integrantes da maçonaria. Rui Barbosa, outro abolicionista. Neste ponto, não quero deixar de mencionar Castro Alves e dois poemas históricos: “Navio Negreiro” e “Vozes d’África”. “Navio Negreiro” é uma obra espetacular, que descreve um navio negreiro e que vale a pena ser lida. Seleccionei alguns versos excepcionais:

“**V**

Senhor Deus dos desgraçados!

Dizei-me vós, Senhor Deus!

Se é loucura... se é verdade

Tanto horror perante os céus?!

Ó mar, por que não apagas

Co'a esponja de tuas vagas

De teu manto este borrão?...

Astros! noites! tempestades!

Rolai das imensidades!

Varrei os mares, tufão!”

Castro Alves aborda da seguinte maneira o fato de o povo brasileiro aceitar a escravidão:

“VI

Existe um povo que a bandeira empresta
P'ra cobrir tanta infâmia e cobardia!...
E deixa-a transformar-se nessa festa
Em manto impuro de bacante fria!...
Meu Deus! meu Deus! mas que bandeira é esta,
Que impudente na gávea tripudia?
Silêncio. Musa... chora, e chora tanto
Que o pavilhão se lave no teu pranto! ...”

E, nos versos finais:

“Fatalidade atroz que a mente esmaga!
Extingue nesta hora o brigue imundo
O trilho que Colombo abriu nas vagas,
Como um íris no pélagos profundo!
Mas é infâmia demais! ...
Da etérea plaga
Levantai-vos, heróis do Novo Mundo!
Andrada! arranca esse pendão dos ares!
Colombo! fecha a porta dos teus mares!³”

Essa é uma ode ao fim do tráfico de escravos e “Vozes d’África” não é inferior a essa obra em nenhum momento.

Esse é um movimento legitimamente liberal, que reconhece a igualdade dos homens perante a lei e o fim da propriedade do homem sobre o homem. Isso é tão liberal na sua essência. Desde 1850, com a proibição do tráfico de escravos, começaram a chegar ao Brasil imigrantes europeus, italianos e alemães, que foram assalariados e apresentaram produtividade muito melhor do que a mão de obra escrava. Com isso, os senhores de terras perceberam que era possível manter a

³ Poema Navio Negreiro:

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000068.pdf>

lavoura com esse tipo de mão de obra. O perfil das lavouras gradualmente se alterava, aumentando ainda mais a pressão em cima do Império.

O próximo passo foi a Lei dos Sexagenários em 1877. A Lei dos Sexagenários dizia que os escravos com mais de 60 anos deveriam ser libertados. A Lei prometia uma indenização, mas eles nunca foram indenizados. Aqui também um conceito de indenizar, embora ele não tenha se realizado. Qual é a importância do conceito de indenizar? Eu indenizo alguém cuja propriedade eu danei. Então,

Pergunta: por que não se aprofunda a história da escravidão?

Três aspectos. O primeiro é que, quando estamos no colégio, temos uma capacidade de compreensão menor do que a existente quando somos mais velhos. O segundo é a existência de uma vasta história que precisa ser trabalhada em pouco tempo. O terceiro é que existe uma tendência, quase na totalidade, de os professores de história serem de uma vertente esquerdista, que em tem um lado para contar da história da Revolução Americana, da Revolução Francesa, da Independência do Brasil, da Proclamação da República, do Feudalismo, etc.. O quarto é que, no colégio, estudamos mal história como um todo, não só a escravidão. O tema da escravidão até é tratado bastante nas escolas, com viés ideológico. Enfim, é um fenômeno do ensino de história do colégio, e não do tema da escravidão.

Pergunta: é verdade que a escravidão foi uma evolução histórica conseguida pela igreja católica. Antes disso, os derrotados em batalha eram mortos pelos vencedores?

Eu não diria isso. O fenômeno da escravidão é muito anterior à universalização do catolicismo e ocorreu em territórios em que não há domínio ou forte expressão católica, como é o caso da África Subsaariana. A igreja e o cristianismo tiveram um papel muito mais importante no fim da escravidão do que em seu surgimento, no reconhecimento da universalidade da alma, do espírito, no reconhecimento do outro como um fim em si mesmo.

Pergunta: E a história de que, na parte sul da Europa, a escravização de brancos pelos mouros africanos foi anterior à escravização de afro-negros pelos europeus, é verdadeira?

É verdadeira, mas ocorre de forma praticamente simultânea. Uma certamente não justifica a outra. De novo, quero frisar que o fenômeno da escravidão é muito antigo. Os judeus, por exemplo, eram escravos no Egito Antigo, no período pré-êxodo. A escravidão é um fenômeno muito anterior à questão religiosa e é uma solução para

um povo que domina o outro. Havia escravidão entre tribos no que hoje chamamos de América Latina, havia escravidão na América pré-colombina, havia escravidão entre povos germânicos. Havia escravidão entre os africanos. Havia escravidão entre os africanos. Era um fenômeno humano disseminado e espalhado.

Pergunta: O que o senhor pensa sobre a categorização que se aprendia na escola de colônias de exploração e colônias de povoamento? É útil de alguma maneira? Sem entrar na questão de o Brasil não ser denominado colônia na documentação, focando no conceito.

No próximo e-book, aprofundaremos este tema, quando abordamos a independência dos países da América Latina. Trataremos das diferenças entre a colonização da América Inglesa e realizada na América Espanhola e Portuguesa.

Não tenho dúvida de que, quando os ingleses fundaram as colônias da América do Norte, tinham o interesse de explorá-las economicamente. Ao mesmo tempo, quando espanhóis e portugueses fundaram as colônias na América Latina, não tenho dúvida de que tinham o interesse e a necessidade de as povoar. Portanto, não é que os espanhóis e portugueses quisessem colônias de exploração e os ingleses quisessem fazer da América do Norte uma colônia de povoamento. O que influenciou, muito mais, foi o ambiente que esses colonos, exploradores, encontraram. O tipo de resistência do terreno, a presença dos aborígenes, o tipo de atividade econômica que se fez possível, produziu esses resultados divergentes. Entretanto, não acredito que essa categorização foi voluntária por parte dos países que fizeram a colonização. Os ingleses adorariam ter encontrado ouro e um império como o asteca, que pudesse subjugar, mas não encontraram. Essa é uma resposta inicial, pois aprofundaremos o tema no próximo e-book.

O próximo passo foi a Lei dos Sexagenários em 1887. A Lei dos Sexagenários determinava que os escravos com mais de 60 anos deveriam ser libertados. Embora uma indenização estivesse prevista, os senhores de escravos nunca foram indenizados. O conceito de indenizar é muito importante neste caso, mesmo que não tenha se realizado, pois indeniza-se alguém cuja propriedade foi danada. Deste modo, houve uma disputa pela indenização não só por uma questão financeira, que, sim, é importante, mas porque, ao dizer que uma indenização é devida, reconhece-se que o Estado expropriou uma propriedade. Consequentemente, o Estado está reconhecendo o direito de propriedade. O tema subjacente à questão da indenização

é esse reconhecimento de propriedade. Tanto é que, na Lei do Ventre Livre, a indenização dada ao senhor que libertasse um filho de escravo aos oito anos seria paga em trinta anos.

Apesar da indenização também estar presente na Lei dos Sexagenários, havia uma diferença. Em 1850, o tráfico de escravos foi proibido. Em 1872, depois da Lei do Ventre Livre, houve um censo, um cadastramento dos escravos. Se, em 1872, um senhor tivesse um escravo com 15 anos, era sinal de que o escravo havia sido comprado com 14 anos no ano anterior. Se tivesse um escravo de trinta anos, ou ele havia sido comprado com 9 anos, ou ele fora comprado antes da lei que proibia o tráfico. O que vários senhores de escravos fizeram em 1872? Afirmaram que os escravos eram mais velhos do que de fato eram. Registraram esses escravos como tendo mais idade para escapar das penas da Lei Eusébio de Queirós que proibira o tráfico de escravos. Havia escravos fortes, com quarenta anos, que pela falsa declaração se enquadraram na Lei dos Sexagenários. E essa foi a grande jogada que colocou em pé de guerra boa parte dos senhores de escravos que sentiram, com a Lei dos Sexagenários, que a escravidão ia acabar.

Há dois efeitos. O primeiro é a Lei Áurea de 1888. Para quem pensa que hoje os projetos são votados apressadamente, nessa ocasião, D. Pedro II estava viajando e a Princesa Isabel tinha assumido a regência da Coroa do país. No dia 8 de maio, se não estou enganado, o projeto de abolição da escravatura é apresentado na Câmara e foi votado nos dias 9 e 10 de maio. Depois de aprovado, foi encaminhado para o Senado, ao qual chegou no dia 11 de maio, sendo votado nos dias 12 e 13 de maio. Às 15h, no dia 13 de maio de 1888, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, extinguindo a escravidão no Brasil e libertando todos os escravos sem direito à indenização. Isso significa que a Lei Áurea inaugura, no direito brasileiro, a visão de que os escravos não eram propriedade, que a escravidão não era um justo direito. A escravidão decorria do direito positivo, do reconhecimento legal, e que, revogada a lei, extinta legalmente, não existia o direito natural de propriedade sobre outra pessoa. Quando é assinada, em 13 de maio de 1888, a Lei Áurea revoga, indiretamente, a tese do direito de propriedade dos escravos. Uma lei profundamente liberal.

O segundo efeito foi ter balançado os alicerces do Império. Não é por acaso que, em 1889, com um golpe militar, caiu o Império e instituiu-se a República no Brasil.

Uma consequência imediata da Lei Áurea foi a existência de uma crise econômica, monetária, talvez, porque, do dia para a noite, passou a ser necessário

assalariar os trabalhadores. No entanto, não havia papel-moeda, não havia meio circulante suficiente no país. Há um livro que conta essa história, escrito por um inglês, chamado *The Financial crisis of Abolition*. A obra, que não foi traduzida para o português, aborda a crise financeira que ocorreu após a abolição da escravatura e que somente foi resolvida durante a República, depois do período de Rui Barbosa como Ministro das Finanças. Então, o Brasil não tinha meios de pagamento para promover tudo isso. Parcela considerável do comércio internacional era feito de forma contábil. Funcionava da seguinte maneira: o sujeito exportava café, mas comprava, no porto, os insumos, as sementes, os escravos. Essa transação era um lançamento contábil nos livros do porto. Assim, uma dívida era cancelada com um crédito e não era preciso trocar papel-moeda. As trocas comerciais eram feitas em uma espécie de escambo. Na época, ouro também era utilizado, mas essa forma de mero lançamento contábil e do cancelamento de crédito com débito era muito comum. A Lei Áurea produziu uma necessidade de papel-moeda e deflação.

Uma segunda consequência foi a Proclamação da República, que também ocorreu em um momento de crise econômica. O livro “A História da Riqueza no Brasil”, de Jorge Caldeira, é uma tremenda leitura. Para entender a economia do Brasil Império, igualmente do Jorge Caldeira, é a obra “História do Brasil com empreendedores”. Isso é um recado para os professores de história que contam a história do Brasil sem sequer mencioná-los.

Jorge Caldeira defende a posição que, na verdade, a crise não foi tão grande porque, mesmo sem os meios de pagamento, a economia do Brasil já era muito maior do que sua capacidade de prover meios de pagamento. Ou seja, a economia que hoje denominamos de informal era muito grande e que o mercado provia moeda. Não esqueçamos que crédito é uma moeda privada. É um tema de debate no qual não irei me embrenhar agora. Não há dúvidas de que Joaquim Nabuco, e sua obra “O Abolicionismo”, constitui um dos maiores momentos do liberalismo no Brasil, porque Joaquim Nabuco e o movimento abolicionista sempre defenderam a execução imediata da abolição, sem qualquer indenização. Este, que sempre foi o pleito do movimento abolicionista brasileiro, era um pleito principiológico, de que não há propriedade de um homem sobre outro, de que isso é um horror.

Acerca do ideal abolicionista, versa Joaquim Nabuco:

“Nenhuma das grandes causas nacionais que produziram, como seus advogados, os maiores espíritos da humanidade, teve nunca melhores fundamentos

do que a nossa. Torne-se cada brasileiro de coração um instrumento dela; aceitem os moços, desde que entrarem na vida civil, o compromisso de não negociar em carne humana; prefiram uma carreira obscura de trabalho honesto a acumular riqueza fazendo ouro dos sofrimentos inexprimíveis de outros homens; eduquem os seus filhos, eduquem-se a si mesmos, no amor da liberdade alheia, único meio de não ser a sua própria liberdade uma doação gratuita do Destino, e de adquirirem a consciência do que ela vale, e coragem para defendê-la.”

Isso é uma ode ao liberalismo. Isso é a essência do sentimento profundo liberal de um princípio, mais do que o efeito, insistido, derrotado por vezes, mas que, por fim, foi acolhido na Lei Áurea de 1888.

Comentário: o professor poderia falar sobre o Francisco Paulo de Almeida, Barão de Guaraciaba, homem negro mais rico do Império.

Resposta: Há figuras de negros libertos, inclusive senadores. De novo, a questão da escravidão, no Brasil, era uma questão jurídica mais do que racial. É evidente que os negros eram associados à escravidão e tentar desmentir isso é tentar dourar a pílula. Mas a verdade é que o Brasil se constituiu, antes de 1888, como um país miscigenado. Desde 1830, o número de alforrias crescia ano a ano e a maçonaria recolhia dinheiro para comprá-las. Em 1835, a Revolução Farroupilha aboliu a escravidão. Com a assinatura do Tratado de Poncho Verde, que pôs fim à Revolução, em 1845, Antônio de Sousa Neto foi morar em sua estância no Uruguai. Ele levou consigo todos os negros que serviram sobre o seu comando e os assalariou, porque se recusava a voltar a ter escravos. Isso foi em 1845, quarenta anos antes da abolição. Havia um cenário que não era de identidade raça-escravo. Houve negros libertos que se tornaram empreendedores, outros se tornaram traficantes de escravos. Também é verdade que de 1888 para cá, a distância entre negros e brancos, no Brasil, vem caindo. Isso precisa ser disto. Talvez precisássemos de uma aula inteira para abordar esse tema.

O identitarismo é uma estratégia de esquerda, mas é uma péssima filosofia como um todo. Há pessoas que não são de esquerda que adotam o identitarismo, que é tomar um elemento da existência da pessoa como a sua identidade. Por exemplo, o movimento feminista. O movimento feminista entende qualquer mulher a partir do elemento de ela ser mulher, como se isso determinasse sua forma de pensar, seu comportamento, sua posição na sociedade e as pautas que deve defender. No entanto, todas as mulheres são compostas por n elementos que fazem com que

tenham sua própria visão de mundo. Dizer que um indivíduo tem que ter determinada visão de mundo por ser mulher ou, trazendo para o caso, por ser negro, é um reducionismo, o qual chamamos de identitarismo. É o que o movimento negro radical faz hoje, o que fez nos Estados Unidos, no *civil rights movement*.

Quero abrir um parêntese para ler algo, pois acho uma confissão espetacular. Um jornalista está entrevistando uma ativista de esquerda. A entrevistada afirma que “temos que entender o que é ser identitário e quais são as identidades que vamos trabalhar e como” e que, para ela, “não existe nenhuma defesa identitária válida que não passe pela questão de classe”. Quer dizer, essas identidades criadas de mulher e de negro são apenas uma escada para chegar em uma questão de classe, ao marxismo. Isso é o que chamamos de marxismo cultural.

Existe um movimento hoje, no Brasil, que quer transformar a questão negra em uma questão identitária, dizer que existe apropriação cultural. Esse movimento vilipendia tudo que o brasileiro aprender a valorizar, como a miscigenação, a mistura, a aproximação, e pretende distanciar, desfazer, cindir. Por isso, é um movimento antibrasileiro.

Houve negros ricos e brancos escravos. Sei que esses casos são pontuais e não servem para desenhar a realidade existente no Brasil Colônia e Império, mas acho que temos que valorizar esses casos porque nos ajudam a pensar em aproximação e miscigenação e não em distanciamento e contraposição.

Pergunta: professor, você acha que temas como multiculturalismo, integração, tolerância, vem para reavivar esses termos do marxismo cultura, para propagar mais o identitarismo:

Resposta: O identitarismo é uma estratégia de esquerda. Chamamos isso de marxismo cultural, ainda que seja um termo academicamente incorreto. Esses movimentos são conduzidos ideologicamente e produzidos com essa finalidade.

A ativista de esquerda, a qual foi entrevistada, e que mencionei anteriormente, testemunha isso. O jornalista a provocou com a informação de que a direita elegeu mais mulheres, mais negros e mais homossexuais nessas eleições que a esquerda. Pressionada, a ativista afirmou que “não é sobre eleger mulheres e ponto final. É sobre quais mulheres são eleitas”. O jornalista prosseguiu: por que se você tem uma Janaína Paschoal e um Guilherme Boulos, que é um homem, branco, de classe alta, você faz a defesa de que prefere um homem do que uma mulher? A ativista respondeu que “não vamos ter respostas na ponta da língua”.

Ou seja, não é um problema de identidade, é um problema ideológico. Com isso, a ativista está expressando que a única mulher que serve é aquela que pensa como a esquerda radical pensa. E a mídia participa disso. O Brasil sempre foi sincrético na religião, miscigenado na raça e tolerante com a questão LGBT. Isso faz parte da cultura brasileira. Quando a esquerda politizou esses temas, produziu uma reação, da qual eu tenho medo. Para mim, devemos defender a tolerância, a liberdade de expressão, a igualdade das pessoas. Como já disse, há valores morais necessários ao liberalismo. Por isso, não devemos simplesmente fazer uma rejeição destas pautas. É preciso corrigir o posicionamento da contraposição da esquerda, demonstrando que esses movimentos não são a favor dos homossexuais ou das mulheres, mas que os estão usando para defender uma pauta ideológica. E isso não pode ser feito atacando homossexuais e negros. Pelo contrário, é ressaltando o valor da tolerância como um componente, pelo menos, do liberalismo. Eu prefiro discordar da esquerda quanto a seus fundamentos e mostrar os fundamentos corretos para defender a tolerância do que me tornar um intolerante.

A Queda do Muro de Berlim

Nosso sexto momento aconteceu na 2ª metade do século 20, nos tempos modernos, e gozou até mesmo de uma transmissão ao vivo televisionada. A queda do Muro de Berlim é um dos momentos mais marcantes da história da liberdade no mundo, que antecipou o fim da União Soviética e do império comunista, o fim do segundo mundo.

A dicotomia, nessa época, era entre o primeiro mundo, capitalista desenvolvido, e o segundo mundo, o mundo soviético, comunista. O terceiro mundo era o dos países subdesenvolvidos. O segundo mundo desapareceu.

Depois da Segunda Guerra Mundial, Churchill, Stalin e Harry Truman se reuniram, em 1945, na Conferência de Potsdam, na cidade de Potsdam, localizada próximo a Berlim.



O objetivo era definir como ficaria a questão alemã após a derrota da Alemanha na Segunda Guerra. Neste encontro, decidiu-se que a Alemanha seria dividida entre os vencedores. França, Reunido e Estados Unidos partilharam um lado da Alemanha, enquanto a União Soviética deteria a outra metade restante.

Como Berlim ficou incrustada na Alemanha Comunista, a cidade também foi fragmentada em Berlim Oriental, em que estava o setor soviético, e Berlim Ocidental, em que havia os setores inglês, francês e americano.



Ainda que exercessem influência e tivessem forças militares na Alemanha Ocidental e em Berlim Ocidental, Inglaterra, Estados Unidos e França logo devolveram a soberania aos alemães, estabelecendo uma república democrática. Assim nasceu a Bundesrepublik Deutschland, República Federal da Alemanha. Os soviéticos, por outro lado, não retiraram seu exército e não devolveram a soberania ao povo alemão, estabelecendo, na Alemanha Oriental e em Berlim Oriental, um regime aos moldes do regime soviético. A Alemanha Oriental era denominada *Deutsche Demokratische Republik*, República Democrática da Alemanha, e possuía um partido único, o Partido da Unidade Socialista Alemã.

As palavras democracia e popular sempre estiveram presentes no linguajar comunista. Da mesma forma que a China é uma democracia popular. Na verdade, são regimes ditatoriais e aristocráticos. Há uma frase do Reagan de que eu gosto muito, em que diz: “a diferença entre uma democracia e uma democracia popular é a mesma que existe entre uma camisa e uma camisa de força”.

República Democrática da Alemanha. Uma frase, três mentiras. Não era uma república, porque não era um império da lei. Não era democrática, porque era uma

ditadura. E não era alemã, porque era soviética. Nem democrática, nem dos alemães, nem república.

Os soviéticos instauram o comunismo na Alemanha Oriental e em Berlim Oriental. Quando o fracasso econômico, que o comunismo sempre produz, começa a assolar essas regiões, há um êxodo de famílias. Para deter a emigração e impedir que os habitantes fugissem para a Alemanha Ocidental, em 1951, as fronteiras começam a ser fechadas. De 1945 a 1958, é crescente o número de pessoas que deixa a Alemanha Oriental. Como consequência, em 1958, a União Soviética e a Alemanha Oriental decidem endurecer as regras de saída. O direito de viagem é impedido. Um boato sobre a possível construção de um muro espalhou-se. Em janeiro de 1961, o prefeito de Berlim Oriental negou que tal empreendimento seria levado a cabo. No entanto, uma carta foi encaminhada para União Soviética, contendo reclamações acerca da fuga de cérebros, pois não eram trabalhadores que estavam fugindo do país, mas grandes engenheiros, juristas, cientistas. Na noite de 12 de agosto de 1961, em um *happy hour* do Partido da Unidade Socialista Alemã, decidiu-se por fechar, com um muro, a última fronteira remanescente: as divisas de Berlim Oriental com Berlim Ocidental. Na época, de metrô, podia-se ir do lado oriental para o lado ocidental. Deste, muitas pessoas tomavam um avião rumo à Alemanha livre.

Da noite do dia 12 para o dia 13 de agosto de 1961, principiou a construção do Muro de Berlim. Inicialmente, o fechamento da fronteira foi feito com arame farpado e com barreiras que impediam a passagem de veículos. Os primeiros elementos de concreto do muro propriamente dito foram postos no dia 17 de agosto. Ainda que o muro tenha ficado pronto em poucos dias, a estrutura do muro foi sendo construída ao longo do tempo, pois foi expandida para algo muito maior do que o muro. Os berlinenses, que haviam ido dormir com uma fronteira aberta, acordaram isolados na Berlim Oriental.

O muro de concreto dividiu a cidade ao meio, atravessou ruas. Em alguns lugares, o muro passava rente a prédios. Algumas pessoas subiam nos prédios e se atiravam, tentando alcançar o lado livre da Alemanha. Por isso, o governo ordenou a destruição de edifícios que estivessem muito próximos ao muro. A linha do metrô que levava à Berlim Ocidental, obviamente, foi fechada. Como o muro cruzava um cemitério, foi preciso remover covas e realocá-las. Houve um redesenho da cidade, forçado, em uma determinação para um muro que, como disse um dos líderes

comunistas, duraria cem anos. Essa figura de linguagem expressou que os soviéticos não tinham o plano de deixar a Alemanha.

Enquanto isso, no lado ocidental, os aliados demonstravam sua intenção de deixar o país. Instituiu-se uma democracia. Os alemães votavam e eram eleitos para o parlamento e também elaboraram uma Constituição, que não foi imposta pelos Estados Unidos. A Alemanha tinha uma tradição constitucional, inclusive a falhada Constituição de Weimar, um desastre que ajudou o nazismo a acontecer. De qualquer modo, a Alemanha tinha plenas condições de escrever sua própria constituição e o fez. Algumas escolhas constitucionais foram até mesmo esdrúxulas, mas faziam sentido naquele período. Por exemplo, a existência de um fundo partidário educacional. O dinheiro presente no fundo não é usado para que os partidos façam campanha, mas para que promovam sua linha de pensamento, afinal, a Alemanha era um país que vinha de um partido único. A promoção da pluralidade de pensamento era um valor fundamental da pátria naquela circunstância, que justificava a destinação de recursos para essa finalidade naquele contexto.

Vale frisar que os obreiros chegaram para construir o muro acompanhados pelo exército da Alemanha Oriental, a fim de proteger a fronteira, cientes de que poderia ocorrer uma reação do lado livre para impedir a fixação de barreiras. Portanto, o levantamento do muro foi uma ação militar.

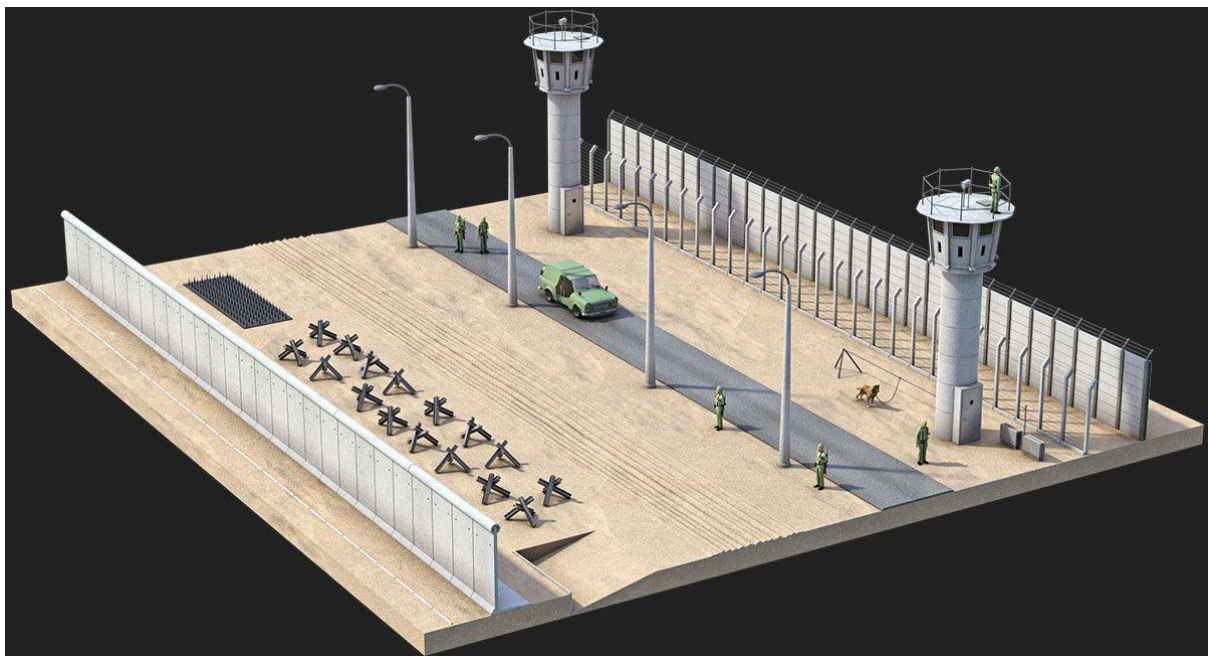
Quando o muro foi construído, todos voltaram seus olhos para os Estados Unidos e para John Kennedy, Presidente do país à época. A frase por ele proferida entrou para história: “um muro é muito, muito, muito ruim, mas é bem melhor do que uma guerra”. Com isso, um aceite foi expresso por parte de Kennedy. Naquele momento, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ganhou a queda de braço, ao realizar um movimento que passou incólume.

O muro era uma fratura. Famílias foram separadas. Os berlinenses do oeste, de Berlim Ocidental, podiam visitar Berlim Oriental, mediante solicitação de um visto. Esse visto era concedido em algumas horas nos chamados pontos de contato, os *Checkpoints*. Havia vários. O mais famoso era o *Checkpoint Charlie*, o portão C, que dividia justamente o setor soviético e o setor americano de Berlim. Legalmente, as pessoas que moravam no setor soviético também podiam solicitar o *one day pass*. No entanto, o visto nunca era concedido. Assim, formalmente os indivíduos possuíam esse direito, mas não conseguiam exercê-lo, especialmente depois que as emigração ilegal começou a aumentar. Se um indivíduo forçasse a passagem, seu cartão podia

ser carimbado. Caso conseguisse escapar, ele não conseguia mais voltar à Berlim Oriental. Era o equivalente a uma perda de cidadania. A ameaça de não poder retornar também era usada.

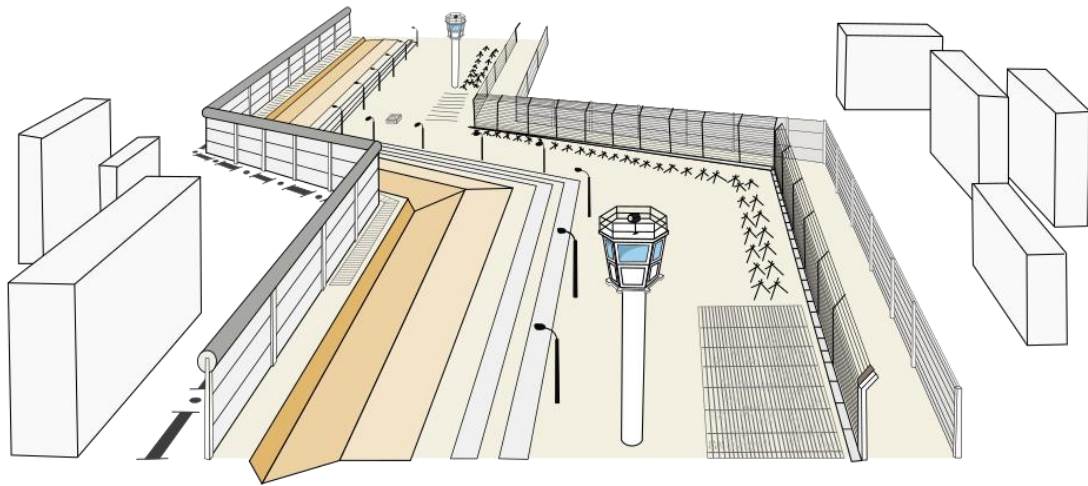
Com o tempo, como as pessoas pulavam o muro, criou-se toda uma estrutura, uma área para além deste, que protegia a fronteira. Essa estrutura era composta de:

- 1) torres de guarda;
- 2) barreiras de arame farpado (para impedir que as pessoas chegassem ao muro);
- 3) piso feito de pregos, colado no muro, por um metro (para que as pessoas não pudessem subir para escalar o muro);
- 4) barreiras anti-veículos;
- 5) um segundo muro e;
- 6) uma plataforma (por onde os guardas faziam varredura da fronteira).



Berlim Ocidental

Berlim Oriental



A ordem dada ao exército era que executasse qualquer indivíduo que tentasse pular o muro. Ao longo do tempo em que o muro de Berlim ficou de pé, mais de 140 pessoas foram mortas no esforço de cruzá-lo. Além das pessoas que morreram, há centenas de relatos de outras tantas que conseguiram fugir. Essas histórias, das fugas, são depoimentos de busca da liberdade impressionante. Porque há uma sensação quando vislumbramos o número 140, e outra bem diferente quando ouvimos as histórias das pessoas.

Houve um sujeito, engenheiro, que produziu um escafandro em sua casa, improvisou um snorkel e fugiu, com um pé de pato, pelo rio, no inverno. Chegando ao outro lado, ele se reuniu com outros que já haviam fugido e juntos eles começaram o esforço de cavar um túnel por baixo do muro para resgatar os amigos que tinham ficado. Depois de meses cavando o túnel, a primeira pessoa que eles resgatam é a mãe desse engenheiro. O sujeito passou meses cavando um túnel para resgatar a mãe do comunismo.

São essas histórias, de pessoas que construíram balões costurando lençóis para atravessar voando o muro. Há várias tentativas de túnel. Houve um sujeito que adaptou um carro. Ele deslocou o tanque de combustível para outro lugar para poder esconder uma pessoa dentro do espaço destinado a este, para, ao atravessar com o carro, permitir que uma pessoa fugisse com ele para Berlim Ocidental. Isso porque, o

ocidental que entrava podia voltar, mas seu carro era revistado. No início, apenas o porta-malas era verificado e, com isso, as pessoas se escondiam dentro dos estofados. Quando essa tática foi descoberta, os oficiais passaram a espetar os estofados. No fim, esses oficiais estavam colocando varas no tanque de combustível e realizando uma série de procedimentos para impedir que fosse feita uma reengenharia dos automóveis que permitisse que as pessoas escapassem escondidas dentro dos carros.

Eu não lembro quem disse isso, mas acho válido acrescentar. “Falam que os nazistas mataram seis milhões de judeus. Isso é difícil de imaginar. Pensa que um soldado nazista atirou em um judeu pelo simples fato de ele ser judeu, uma pessoa, o Isaac. E isso aconteceu seis milhões de vezes”. Muda, não é?

No museu do muro de Berlim, tem uma série de artefatos como o pé de pato da história que eu contei aqui, há o balão de lençóis reconstituído. Uma das colunas que sustenta a casa do museu é uma coluna de livros empilhados. Os livros são obras que eram proibidas na Alemanha Oriental.

Essa repressão foi gerando uma resistência interna e uma resistência externa.

Do ponto de vista da resistência externa, em 1963, Kennedy fez um discurso, no Muro de Berlim, que ficou famoso. Kennedy afirmou que, nos tempos de Roma, era motivo de orgulho declarar-se um cidadão romano. Ele prosseguiu que todos os homens livres do mundo tinham orgulho de se sentir berlinenses porque era lá que estava a luta pela liberdade. Então, ele proferiu a icônica frase: “*Ich bin ein Berliner*”, eu sou um berlinense. Nessa época, Kennedy era a personalidade do mundo. Os comunistas penduraram panos vermelhos para que as pessoas não pudessem enxergá-lo do lado que dominavam de Berlim.



Mais do que o discurso de Kennedy, que foi morto naquele mesmo ano, foi o discurso de Ronald Reagan, atrás do portão de Brandenburg, que marcou a chegada para o fim da história do muro. Era 1987 e a tríade formada por Papa João Paulo II, Margaret Thatcher e Ronald Reagan, para vencer o comunismo, já estava estabelecida. A União Soviética era governada por Gorbachev, responsável por desenhar a Perestroika (abertura econômica) e a Glasnost (abertura política). A Perestroika antecedeu a Glasnost e a acelerou. Esse discurso no Muro de Berlim, um dos melhores de Reagan, é um dos momentos mais marcantes da Guerra Fria. O Muro de Berlim terminava atrás do portão de Brandenburg. Reagan colocou caixas de som para que pudesse ser ouvido do outro lado do muro. Como a economia soviética havia ruído, Gorbachev já falava em liberalização da economia. E Ronald Reagan pronunciou o seguinte discurso: “nós damos boas-vindas a mudanças e à abertura, porque nós acreditamos que liberdade e segurança andam juntas.” Liberdade e segurança eram dois temas da Guerra Fria. Só haveria paz quando houvesse liberdade. “...que o avanço da liberdade humana apenas pode fortalecer a causa da paz mundial. Há um sinal que os soviéticos podem fazer que seria inconfundível, que avançaria dramaticamente a causa da liberdade e da paz. Secretário-Geral Gorbachev, se você busca a paz, se você busca a prosperidade da União Soviética e da Europa Oriental, se você busca a liberalização, venha até esse portão. Senhor Gorbachev, abra este portão.” O povo delirava e ele complementou:

“Senhor Gorbachev, derrube este muro”. Aquele é o momento do ápice da pressão política.



Em outubro de 1961, houve um enfrentamento de tanques de guerra, frente a frente, na fronteira. O acordo da Conferência de Potsdam estabelecia que os oficiais dos exércitos aliados tinham livre trânsito na Alemanha Oriental e em Berlim Oriental. No entanto, soldados americanos tentaram atravessar a fronteira, rumo ao setor soviético, foram impedidos. Os aliados sempre tiveram muito medo que a Alemanha Oriental fechasse a fronteira para Berlim e cometesse atrocidades tal qual ocorrera no nazismo. Por isso, queriam garantir seu livre acesso a região. Quando o exército americano é barrado na divisa e um dos oficiais força passagem para entrar, a União Soviética responde colocando um tanque de guerra na fronteira. Os Estados Unidos posiciona trinta tanques de guerra de um lado da fronteira e a URSS posiciona trinta tanques do outro lado. Todos municiados, apontados um para o outro. Enquanto o chefe do posto da fronteira americana estava em ligação direta com o Pentágono, o Chefe da fronteira soviética estava em ligação direta com o Kremlin. Esperavam para saber o que iria acontecer. Kennedy negociou com Krushev: os soviéticos retiravam os tanques e os Estados Unidos iriam aliviar a tensão em Berlim e diminuir a pressão sobre Berlim. Os soviéticos aceitaram a proposta. Dos trinta tanques soviéticos, um recuou cinco metros. Como resposta, um tanque americano também recuou cinco metros. Então, um segundo tanque soviético recuou cinco metros. Novamente, um segundo tanque americano recuou cinco metros. Isso continua até que todos os tanques tenham sido retirados da fronteira em sincronia, acalmando-a.

Essa posição de não tensionar perdura até o discurso do Reagan, em que este proclame: Gorbachev, derrube este muro! Isso significa que acabou o alívio sobre

Berlim. Eles querem derrubar o muro. A URSS estava muito mais fraca. Havia relatórios que demonstravam que não tinha dinheiro e o poderio militar de outrora. Os Estados Unidos estavam saindo vitoriosos.

Do ponto de vista de pressão interna, os próprios alemães da Alemanha Oriental passaram a pressionar o governo pelo direito de viajar para a Alemanha Ocidental. Em agosto de 1989, manifestantes reunidos em Dresden e Leipzig gritavam “nós queremos sair”. A pressão pelo direito de viajar e de sair aumentava. No dia 4 de novembro, ocorre uma manifestação da *AlexanderPlatz*, maior praça de Berlim Oriental, que reúne 500 mil pessoas. A polícia não conseguia reprimir esses movimentos. Até que o partido comunista alemão decide autorizar o exercício do direito de viajar. A decisão não era a derrubada do muro ou do comunismo. A decisão era voltar a permitir que os alemães fizessem viagens. O anúncio foi feito por Günter Schabowski, o porta-voz do partido comunista que acabou entrando para a história. Schabowski não havia participado da tomada de decisão de abrir pontos de viagem de ida e volta. Com passaporte, com registro, com visto. Na coletiva de imprensa, no dia 9 de novembro de 1989, ele informou que havia uma determinação que autorizava a travessia para a Alemanha Ocidental. Um repórter levantou a mão e questionou: a partir de quando? Como não tinha participado da reunião, Günter procurou essa informação na folha em que constavam as informações. Então, respondeu: que eu saiba, a partir de agora. Eram 17:00. Às 19:17, o maior canal da Alemanha Ocidental, também transmitido na Alemanha Oriental, reprisa a coletiva de imprensa, com a resposta de Günter. Às 20h, o maior noticiário da Alemanha transmite novamente a informação. O povo escuta isso, junta o que tem em casa, e vai para o portão de Brandenburg, onde os guardas do muro não tinham recebido nenhuma instrução, a não ser atirar para matar em que forçar a passagem. Os soldados estavam protegendo a fronteira e uma multidão começa a chegar e ordenar que abram-na, porque Schabowski havia dito que seria aberta. Apavorados, os guardas entram em contato com o comandante das tropas, questionando o que devem fazer. Prudente, consciente de que a televisão estava cobrindo toda essa movimentação, o comandante ordenou que desmuniem as armas. Os soldados desmuniem as armas. Entretanto, ainda tinham ordens para defender a fronteira e de segurar o trânsito de pessoas. As pessoas continuam chegando nos pontos de passagem do muro, forçando a reabertura das fronteiras. Às 22:45, é emitido um comando para a guarda abrir a fronteira e deixar as pessoas passarem. Quando eles cumprem essa

determinação, milhares de pessoas cruzam correndo a fronteira. Do outro lado, as pessoas estavam esperando com garrafas de champagne e buquês de rosas. Os carros, velhos, começaram a atravessar sem que os guardas conseguissem carimbar passaportes, verificar os vistos ou sequer anotar quem estava passando. O mundo inteiro estava cobrindo este evento ao vivo. E ali caiu o muro de Berlim.



Este não era o plano. Não era o que eles queriam ou desejavam. O plano era manter o muro e permitir a passagem controlada das pessoas, mas o povo invadiu de tal forma a fronteira que não foi possível detê-lo. Pessoas da Alemanha Ocidental subiram no muro e começaram a puxar quem estava na Alemanha Oriental para cima.



Então, aparecem os pica-paus. Homens munidos de picaretas que começam a acertar o muro.



No dia seguinte, o governo da Alemanha Oriental determina a derrubada oficial do Muro de Berlim. Já era impossível reverter aquela situação. Tanto a manifestação nas ruas quanto o que acontecia nos países comunistas ao redor. A quebra econômica e o início da Perestroika. O muro perdurou de 13 de agosto de 1961 a 9 de novembro de 1989. Foram 37 anos. Uma cicatriz na cidade. Famílias divididas.

A queda do Muro de Berlim antecipou o fim da URSS. Em 1991, houve a reunificação das alemanhas, o sonho alemão de ter uma só pátria. Até hoje, essa divisão que ocorreu em Berlim está presente na diferença das arquiteturas, nos nomes das ruas. Berlim apresenta até hoje, assim como a Alemanha, uma divisão econômica e social marcada por essa divisão.

No natal, no dia 24 de dezembro, Pedro Bial, que cobria a derrubada do muro com máquinas, afirmou que aquele dia 25 de dezembro de 1989 era o último dia de 1917. O ano da Revolução Russa. Era o fim do comunismo na Alemanha e a empurrada da cortina de ferro de volta para Moscou.

Depois da queda do Muro, Leonard Bernstein, um judeu, realizou, com a orquestra filarmônica de Berlim, na frente do portão de Brandenburg, um concerto chamado *The Berlin Celebration Concert*. Nessa ocasião, tocaram a 9ª sinfonia de Beethoven, que tem a famosa ode à alegria. Quando o coro canta o último movimento da 9ª sinfonia de Beethoven, que é a ode à alegria, eles substituem a palavra alegria pela palavra liberdade. Cantam, assim, uma ode à liberdade. O povo delira.

Um dos últimos marcos da história do Muro de Berlim. Mais de 140 mortos, pessoas que atravessaram arriscando a própria vida, uma cicatriz em uma cidade. Um povo empobrecido de um lado e um povo aprisionado no meio de um país comunista do outro. Não esqueçam que a Alemanha livre ficou incrustada em um país comunista. Houve um período em que os aliados precisaram alimentar Berlim Ocidental com *drop* de comida de avião. A história do muro de Berlim é o melhor ícone da história da liberdade na 2ª metade do século 20.

Pergunta: é a verdade que Winston Churchill queria devolver os antigos reinos que formavam a Alemanha para cada família real destronada por Hitler?

Resposta: Essa possibilidade foi debatida na Conferência de Potsdam. Não sei se era uma intenção real ou não do Churchill, mas foi aventada. Na verdade, o objetivo seria desfazer o efeito da Primeira Guerra Mundial, responsável por destronar essas monarquias e desintegrar impérios.

Para mim, Churchill é autor de um dos melhores relatos da Segunda Guerra. Quando questionado se achava que a história seria boa com ele, Churchill respondeu: “a história será boa comigo. Eu pretendo escrevê-la”. E ele escreve as memórias da Segunda Guerra. Churchill afirmava que parte das razões para a Segunda Guerra estavam na forma como a Primeira Guerra havia se encerrado, com o acordo que extinguiu o Império Austro-Húngaro, o Império Germânico, destronou o Kaiser e criou uma república na Alemanha.

Pergunta: qual a verdadeira intenção de se manter, na força, a implantação do socialismo se é claro que ele escraviza, tendo em vista que nas histórias da União Soviética e de Cuba o direito de ir e vir são negados. A ausência desse direito não configura escravidão?

Resposta: não tenho dúvida nenhuma que o socialismo não só somente é possível sob uma ditadura, como ele produz a sua própria ditadura. Mais do que isso: eu não tenho dúvida que o socialista, comunista, convicto, não a massa de manobra, percebe

a democracia liberal-burguesa como um luxo burguês. O comunista não tem apego nenhum a democracia e não tem nenhum compromisso como esta da forma como a entendemos. Democracia, para os comunistas, é outro sistema. São os soviéticos funcionando. Grupos aparelhados pelo partido que expressam a ideologia do partido. Essa concepção não é democracia, mas eles a chamam assim.

Quem defende essas ideias hoje e está defendendo os acontecimentos na Venezuela, mostra o que é o pensamento socialista. O pensamento socialista é incompatível com as liberdades individuais e com uma democracia. Que o socialismo provoca cada vez mais um grau maior de controle da sociedade está demonstrado cientificamente, economicamente. A impossibilidade do cálculo econômico no socialismo é outra discussão, promovida por Mises, que comprova isso.

Para não estender muito a resposta, o pensamento marxista e o pensamento socialista pós-marxista não enxergam o que nós temos, a liberdade do voto, como uma democracia operante, porque eles entendem a democracia, o Estado de Direito, a lei, como uma forma de exercer opressão. A democracia liberal, a democracia que eles chamam de burguesa, é só uma forma de exercer opressão. Por isso, desfazem-se dela tão rapidamente: por ser vista como um instrumento de opressão. Eles atiram na nuca de quem discorda de suas percepções e possuem de democratas. Isso é a natureza do socialismo, a qual vimos ao longo desse e-book. É muito para sair. É trancar uma população dentro de um limite para que não fuja. É possível explicar técnica e teoricamente porque isso acontece, mas acho que a pergunta se responde a si mesma. É impossível o socialismo na liberdade.

O PSOL, Partido Socialismo e Liberdade, é um partido oxímoro, é uma contradição em termos. Socialismo e Liberdade nunca existiram juntos. Ou há socialismo ou há liberdade. A isso eles respondem que o conceito de liberdade que empregamos não é o conceito de liberdade deles.

Pergunta: Churchill e Truman encararam Stalin como o homem que veio do lado oriental e acabou com a máquina de guerra nazista. O quanto eles sabiam o tamanho do problema que estava para se desenrolar?

Resposta: Churchill tinha bem presente a ameaça que Stalin era. Houve até quem defendesse que, antes de desembarcar na Normandia, um desembarque deveria ser feito nos Balcãs, para, via Leste, impedir que os soviéticos chegassem primeiro à Berlim. Na reta final, chegar à Berlim primeiro virou uma corrida, porque os aliados e,

principalmente, Churchill, tinham muito receio do que os soviéticos fariam. Churchill não queria terminar a Segunda Guerra. Queria prolongá-la para cima dos soviéticos. No entanto, depois da Guerra, Churchill perdeu a eleição e foi retirado do comando da Inglaterra. Por causa do trauma da Primeira e da Segunda Guerra, houve um certo apaziguamento com os soviéticos. Mas Churchill tinha presente o tamanho da ameaça soviética para o futuro, tanto é que cunhou o termo Cortina de Ferro. Faltaram-lhe recursos materiais, condições materiais de alçar uma bandeira contra os soviéticos e de lutar uma guerra naquele momento. Vamos lembrar que a Europa estava saindo de duas guerras mundiais, arrasada, precisando se reconstruir. A Alemanha havia sofrido dois massacres. Londres havia sido bombardeada. Berlim havia sido bombardeada e um terço dos prédios da cidade havia sido derrubado. Um cenário de devastação. Os Estados Unidos estavam saindo da crise de 1929 e havia lutado a guerra também. Ainda que tivessem recuperado parte da indústria, era preciso cuidar do âmbito interno, para de mandar soldados para morrer no exterior. Não houve como prosseguir, como Churchill queria.

INDICAÇÕES DE LEITURA

ALVES, Castro. Navio Negreiro.

ALVES, Castro. Vozes d'África.

CALDEIRA, Jorge. A história da riqueza no Brasil.

CALDEIRA, Jorge. História do Brasil com empreendedores.

CHURCHILL, Winston. Memórias da Segunda Guerra Mundial.

DILLON, Patrick. 1688. *The Last Revolution*.

GORBACHEV, Mikhail. Perestroika.

HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo.

SCHULZ, John. *The Financial Crisis of Abolition*.

SEBESTYEN, Victor. *Revolution 1988*.